



OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA – ES.¹

William Carlos Rodrigues Gonçalves²

RESUMO

Nesta pesquisa, pretendeu-se indicar uma conexão entre geografia e criminalidade dispendo como referência os dados oficiais referente aos crimes letais intencionais e dos crimes contra o patrimônio. Encontra-se neste trabalho uma discussão do processo de urbanização das cidades capitalistas, dos territórios heterogêneos da cidade e o mapeamento dos delitos. A partir de uma análise espacial, buscou-se entender o padrão da localização de determinados tipos de delitos. A geografia aparece para entender o processo de ocupação da cidade, a partir do território e contribui para explicar a maior incidência de certos tipos de crimes em determinadas áreas da cidade. As análises dos dados revelam que os locais mais distantes dos centros das cidades são as áreas onde ocorreram mais crimes contra a pessoa, e nas áreas centrais os crimes contra o patrimônio ganham destaque.

Palavras-chave: Território, violência, segregação, análise espacial.

ABSTRACT

In this work, it was intended to establish a relationship between geography and criminality having as reference the official data that deal with intentional lethal crimes and crimes against property. This paper discusses the urbanization process of capitalist cities, the heterogeneous territories of the city and the mapping of crimes. From a spatial analysis to understand the pattern of the location of certain types of crimes. Geography enters to understand the process

1 O autor do estudo agradece pelo apoio de bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES na modalidade de demanda social. Esta pesquisa é parte integrante do projeto "Formação territorial e pensamento geográfico no Espírito Santo – século XX" (PRPPG/UFES 8998-2018) desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo sob a coordenação do Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira.

2 Mestrando do Curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, wcarlos.rg@gmail.com;



of occupation of the city, from the territory and contributes to explain the higher incidence of certain types of crimes in certain areas of the city. The analysis of the data reveals that the places farthest from the city centers are the areas where the most crimes against the person occurred and in the central areas crimes against property stand out.

Keywords: Territory, violence, segregation, spatial analysis.

INTRODUÇÃO

A partir de um contexto urbano marcado pela desigualdade social, este trabalho pretendeu estabelecer uma relação entre geografia e violência tendo como referência os dados oficiais que tratam dos crimes letais intencionais - CLI (homicídios dolosos, latrocínios e lesão corporal seguida de morte) e dos crimes contra o patrimônio (furto de veículo, furto de ciclomotor, furto em residência, roubo em via pública, roubo de veículo, roubo de ciclomotor e roubo em residência). No que se refere ao relacionamento entre geografia e violência, na forma da criminalidade, identificar onde acontecem os eventos criminosos é relevante para entender o padrão espacial de determinados tipos de delitos. A geografia surge para contribuir com o entendimento do processo de ocupação da cidade por diferentes classes sociais, apresentando o processo da apropriação do território urbano e como a organização territorial da cidade, num modo geral, contribui para explicar a maior incidência de certos tipos de crimes em determinadas áreas da cidade.

Baseado nos dados obtidos, coloca-se como objetivo analisar a distribuição espacial dos casos de crimes contra pessoas e patrimônio nas cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória/ES (RMGV). Mais especificamente, verificar a contribuição da categoria território para os estudos acerca da criminalidade pela ótica espacial, mapear os bairros com maiores índices dos crimes e, por último, investigar os padrões de distribuição espacial da criminalidade. Com isso, espera-se ter uma visão globalizante da dimensão espacial da violência na forma dos crimes estudados.

A pesquisa buscou enriquecer o debate a respeito das potenciais contribuições da geografia para entender como e quais são as relações existentes entre o território e as manifestações da violência na forma dos crimes, verificando se a incidência dos delitos pode ser um aspecto na caracterização e diferenciação entre os bairros da cidade.

Para se compreender a criminalidade e a violência, é necessário analisar o crime como um processo, uma vez que, quando se avalia um tipo de delito, não se pode ter uma única



visão ou um olhar apenas para o resultado final. Desse modo, utiliza-se a territorialização da violência no espaço urbano como ferramenta de análise do processo de produção do espaço da violência – o território da violência. Lembrando que o crime letal intencional e o crime contra o patrimônio não representam a totalidade da violência percebida e consumada nos centros urbanos brasileiros, apenas uma das faces (LIRA, 2011).

Souza (2005) dirá que certas manifestações na forma de criminalidade violenta estão profundamente conectadas às peculiaridades da cidade, pois ela é desigual, sua organização territorial não é homogênea, o modo de se criar locais é diferente, logo cada localidade terá suas particularidades, embora se saiba que a localidade não define o tipo de crime ali ocorrido.

A estratégia de produção da cidade não é uniforme, cada bairro adquire uma característica, apresentando diversos aspectos econômicos, sociais e culturais diferentes uns dos outros, mas também similares com alguns outros. A geografia busca compreender como esse crescimento desigual das cidades pode gerar diversos problemas urbanos, como segregação, má distribuição dos serviços públicos e a violência na forma da criminalidade. A pesquisa desenvolvida trará como está o comportamento dos crimes da RMGV/ES.

Entender o método do crime não é simplesmente estabelecer uma conexão entre território e atitudes de violência na forma da criminalidade, com a intenção de realizar ações repressivas, é importante ter uma visão abrangente de todo o conjunto do crime, entender o que esse delito quer mostrar além do ato para que se possa adiantar-se a ele e precavê-lo (FILHO, 2004).

Um estudo analítico de violência e criminalidade não se deve limitar à análise de variáveis, buscando entender as relações sociais que são o fundamento da realidade expressa pelos números. A pesquisa buscou apresentar como o modo de organização territorial pode ajudar a compreender os dados estatísticos dos crimes (FERREIRA e PENNA, 2005).

METODOLOGIA

Os dados a respeito dos Crimes Letais Intencionais (CLI) – mais especificamente homicídios dolosos, latrocínios e lesão corporal seguida de morte – e os dados a respeito dos crimes contra o patrimônio (furto de veículo, furto de ciclomotor, furto em residência, roubo em via pública, roubo de veículo, roubo de ciclomotor e roubo em residência), ocorridos nas cidades da RMGV (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória), no Espírito Santo, foram obtidos a partir de relatórios anuais de estatísticas criminais disponíveis



no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP). O foco das análises dos crimes foi nos municípios de Cariacica, Serra, Vitória e Vila Velha por uma maior disposição de dados desses municípios. Os dados informados abrangem o intervalo temporal de 2014 a 2019 para os crimes letais intencionais, e contêm as seguintes informações: tipo do crime (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), idade e sexo biológico da vítima, local do ocorrido (cidade, bairro e rua), data e horário do delito; para os crimes contra o patrimônio (furto de veículo, furto de veículo:ciclomotor, furto em residência/condomínio, furto a pessoa em via pública, roubo de veículo, roubo de veículo: ciclomotor e roubo em residência/condomínio) os dados analisados foram de 2018 a 2020, e contêm as seguintes informações: data, hora, idade, sexo biológico, cútis, tipo de incidente, município, bairro e logradouro.

A orientação de argumentação desenvolvida partiu de uma perspectiva histórica de análise geral do processo de urbanização das cidades da RMGV/ES para verificar de que forma sua configuração urbana relaciona-se com os locais onde mais ocorrem determinados delitos. Como hipótese, tentou-se averiguar se os bairros nos quais ocorreu o maior número de crimes têm sua origem ligada a um processo de urbanização que reflete a questão da disparidade desse processo e que se manifesta, em parte, na maior ocorrência de um tipo de delito. A compreensão sobre o processo de urbanização foi como uma contextualização para a análise dos dados, com o objetivo de tentar mostrar a existência de uma relação entre a violência na forma dos crimes e a organização do território. Essa associação pôde ser mais bem identificada com o uso da análise espacial realizada a partir da cartografia digital, de tabelas e dos gráficos gerados a partir do cruzamento dessas informações com os dados da SESP. A tipologia urbana, que foi utilidade de critério para qualificar os locais onde os crimes foram cometidos, mas nem todas as cidades da RMGV tiveram tipologia, pode ser definida como a diferenciação socioespacial nas condições de vida das concentrações urbanas avaliadas, retratando os padrões populacionais diversos quanto às condições de moradia, aos níveis educacionais e acesso a bens.

De acordo como o IBGE (2017), essa tipologia pode ser utilizada para caracterizar a diversidade socioespacial intraurbana, identificar padrões espaciais e de distribuição desta população urbana segundo eixos de expansão e modelos centro-periferia. Assim, a caracterização dos tipos intraurbanos foi feita a partir das medianas das variáveis que os compõem, a saber: coleta de lixo, distribuição de água, rede de esgoto, densidade de moradores por dormitório, alvenaria com revestimento externo, razão de dependência de menores de 15 anos, computador com acesso à internet, máquina de



lavar, nível de instrução e rendimento per capita. Todos os itens são unificados numa espécie de “somatório de condicionantes” e o resultado geral apresenta-se em letras a partir da seguinte lógica: quanto pior forem os dados levantados, pior será a letra atribuída ao bairro, sendo de A (boas condições) e K (precárias condições) e todos os dados foram retirados do Censo de 2010 (IBGE, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

Breve histórico da Região Metropolitana da Grande Vitória

Por volta da década de 1960, em uma conjuntura nacional do rápido desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil, os caminhos da economia estadual, composta naquele momento predominantemente pela produção do café, sofreriam mudanças significativas. A economia espírito-santense foi anexada aos novos circuitos de expansão e de acumulação do capital, tendo a industrialização como principal vetor desse processo. A economia passou a desenvolver a taxas maiores às da economia nacional e isso teve repercussões na dinâmica cultural, econômica, política e social do Estado, o que ocasionou alterações no processo de urbanização (SILVA, 2010).

Desse modo, no Espírito Santo, a velocidade, conjunto, profundidade e complexidade deste processo de transformações sociais e econômicas significaram a transformação de modos de vida tradicional e implicaram decisivamente na sociabilidade e constituição emocional dos indivíduos. A modernização ocorrida na região metropolitana gerou impactos sociais, culturais, políticos e psicológicos que podem exceder a capacidade de adaptação de diversas camadas sociais e dos indivíduos, bem como criar equilíbrios instáveis e prejudiciais à própria sociabilidade (RODRIGUES; CRUZ, 2011, p.11).

Tabela 1 – Cidades de Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória: Participação da Grande Vitória na evolução populacional do Espírito Santo: 1940 – 2000.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.532	324.285
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105	38.496	61.719	88.400
Serra	6.415	9.245	9.192	17.286	82.581	222.158	321.181
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.866	53.452
Vila Velha	17.079	23.127	55.589	123.742	203.406	265.586	345.965
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	258.777	292.304
G. Vitória	102.851	123.281	209.172	410.103	744.759	1.126.638	1.425.587
E. Santo	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.023.340	2.600.618	3.097.232
GV/ES (%)	13,71	14,31	17,88	25,64	36,82	43,32	46,03

Fonte: Mattos (2013, p. 105).



Para Burgarin e Lira (2011), os registros indicam o forte crescimento da população dos municípios onde Grandes Projetos (CST, VALE, SAMARCO, FIBRIA)³ foram instalados. Houve uma reorganização da população e foi intensificada pelo desenvolvimento industrial desigual capixaba, que centralizava nos municípios dos projetos industriais na área da Grande Vitória.

Nas palavras de Maricato (1995, p. 43): “as cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas também o ambiente construído faz mais do que refletir”. Pode se dizer que uma das formas de materialidade do reflexo de uma cidade capitalista – seja o conjunto de mudanças ocasionadas pela economia na sociedade capixaba, centralizado nos municípios integrantes da RMGV (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória) em diversos segmentos da sociedade e que teve inúmeros impactos, com o expressivo aumento da população – tem como resultante um aumento na demanda de moradia, acesso à educação e saúde e o Estado, como organizador/gestor do seu território, deve atender o povo. A questão é que os municípios da Grande Vitória, assim como todo o estado, não detinham tal infraestrutura básica que atendesse à intensidade do fluxo migratório. Como consequência, ampliaram-se os problemas urbanos, os quais passaram a caracterizar-se pelo:

Contraponto entre duas cidades que passam a coexistir no mesmo espaço: a ‘cidade legal’ preconizada nos planos e projetos oficiais, e a ‘cidade real’ que se espalha pelas áreas de mangue, sob as encostas dos morros e loteamentos clandestinos, ocupando áreas que deveriam estar destinadas à preservação ambiental e da paisagem (SILVA, 2010, p.32).

3 Para mais informações sobre os “Grandes projetos”, acesse: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/19647>.



Figura 1 – Cidade de Vitória (ES): Ocupação em área de mangue no ano de 1980 na esquerda e na direita a ocupação em outro ponto da mesma cidade em 1978.



Fonte: Burgarin e Lira (2011) e Oliveira (2007).

Havia dois territórios diferentes na mesma cidade, as maneiras como eles foram criados eram diferenciadas, as relações poder econômico, social, cultural e político estavam desiguais. As pessoas que não tivessem o poder aquisitivo de comprar uma moradia nos melhores locais da cidade (figura da direita) iam para as periferias (figura da esquerda), locais mais afastados, segregados, em que o preço da terra ou do imóvel fosse condizente com o seu salário, já que na constituição do salário não contemplava a parte da moradia (aluguel ou financiamento), e na parte da construção as próprias pessoas teriam que fazer suas moradias, pois devido à remuneração baixa, o que resta para ter um lugar para morar é a autoconstrução. Aqueles que têm um grande poder aquisitivo conseguem arcar com os custos de uma localização privilegiada de suas moradias, já a parcela da população com a renda baixa não consegue arcar financeiramente as mesmas áreas (CORRÊA, 1989).

Existe distinção espacial na localização das moradias em termos de conforto, qualidade e equipamentos públicos, desse modo, os mais pobres acabam não tendo condições de se alojarem nos locais próximos de serviços públicos, por exemplo, na ‘cidade legal’, que recebe intervenções regulares do Estado. Essa diferenciação da atuação do Estado pode ser entendida como uma violência institucionalizada do Estado praticado com o menos favorecido.

O andamento da “urbanização ostensiva”, ocorrida como uma consequência do súbito crescimento populacional, pode ter afetado a maneira como se apresentava a organização dos territórios, tantos os das áreas centrais quanto os das periferias, formando novos locais, mudando o individual, coletivo, desvendando desigualdades e reorientando meios e formas de apoderamento dos territórios (SILVA, 2020).



Territórios heterogêneos das cidades

A característica multifacetada e diversa com a qual o espaço urbano é estruturado e configurado torna a cidade um cenário privilegiado para os conflitos. De forma igual ao espaço urbano que é segmentado, a violência modifica-se e abrangem estratos da sociedade de modo distinto, assim como os bairros da cidade de jeito diferenciado, essa característica de segmentação da organização territorial dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória mostra como podem existir diversas manifestações da violência ao longo do tecido urbano.

É muito importante considerar as diferentes dimensões da complexidade da violência de hoje, contrapondo as múltiplas abordagens e assimilando novas perspectivas que integrem as já existentes, pois o caráter multifacetado da violência necessita de uma abordagem multidisciplinar (FERREIRA e PENNA, 2005). Para Cerqueira e Lobão (2004), é possível explicar a violência, considerando combinação de tais atributos pertencentes a diferentes níveis, a partir de uma perspectiva que organize os diversos níveis – estrutural, institucional, interpessoal e individual – que envolvem esse fenômeno.

Diversas sociedades, comunidades e indivíduos relacionam-se e toleram a violência de formas diferentes. Por isso, é possível considerar que a combinação de atributos pertencentes às diferentes categorias notadas por Cerqueira e Lobão (2004) ocuparia um papel central na explicação da violência. Os autores citam um exemplo mais detalhado de como o nível estrutural pode influenciar na violência derivada dos resultados da disposição espacial do produto da economia, passível de ser avaliado objetivamente a partir de variáveis como renda per capita, graus de desigualdade da renda, probabilidade de se estar empregado e o acesso às oportunidades e serviços que possibilitem a obtenção de moradia, saúde, alimentação, educação e cultura pelos indivíduos, condições necessárias para a inclusão social. Existem pessoas que convivem e vivem em áreas com a falta dessas condições e estão em estado de exclusão social.

Para Maricato (1996), a exclusão social não é capaz ser estimada, mas pode ser qualificada, descrita e caracterizada por manifestações como a baixa escolaridade, o oficioso a ilegalidade, a pobreza, a informalidade, a raça, o sexo, a origem e isso tudo converge para uma ausência de cidadania, no sentido em que pode haver uma distribuição espacial da exclusão social.

A cidadania tem uma forte dimensão espacial e, desse modo, a ligação entre a existência formal de um direito e as possibilidades de exercê-lo em um território concreto, na



materialidade, sugere à geografia refletir sobre a mediação do espaço que se impõe ao conceito de cidadania (CASTRO, 2005).

Castro (2005, p. 200) traz uma conceituação geográfica do que é a cidadania: [...] “a cidadania é constituída por um conjunto de direitos e deveres garantidos pela lei, mas que se realizam necessariamente nas práticas do cotidiano social inscritas no tempo e no espaço.” A não garantia desses direitos pelo Estado pode ser entendida como um exemplo de violência estrutural, pois ele não cumpre com seu dever e essa ação é sentida no território que expressa o exercício concreto da cidadania.

O espaço brasileiro é marcado por fortes disparidades: de povoamento, de atividades produtivas, de distribuição de renda, de educação, de equipamentos sociais e Castro (2003, p. 8) dirá que deve haver “[...] existência das condições materiais para o exercício da cidadania [...]”.

Odalía (1983) afirma que o ato agressivo, ou mesmo uma ação homicida ou o ato de se apropriar do bem dos outros, apresentam-se como um episódio do que é violência. Porém, o termo violência abrange um grande número de elementos, está ligado à privação, e privar significa impedir, negar algo a alguém. Quando se tem uma negação dos serviços públicos (saúde, educação e cultura) ou da moradia ou do terreno pelo preço que as pessoas podem pagar, por exemplo, é um tipo de violência.

Para Filho (2004, p. 48) “falar em violência, portanto, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz o seu reflexo no espaço urbano se sentir presente”. O eco da violência na forma do crime é perceptível no território em que se manifestou. Motivados pelo medo, a população urbana vive em uma cidade que se espera mudanças por políticas públicas efetivas de enfrentamento à criminalidade e à violência.

Sem perspectiva de trabalho ou pelo menos da segurança de um trabalho regular; sem estímulo para estudar, discriminada pela cor e pela pobreza; envolvida por intensa publicidade que liga felicidade ao padrão de consumo inatingível; participe de uma realidade social desigual e arbitrária além de fetichista, na qual convivem extremos de carências básicas [...] (MARICATO, 1996, p. 82).

Maricato (1996, p. 82) ainda completa dizendo que “com a ausência da cidadania, o terreno é fértil para o desenvolvimento da criminalidade, especialmente por meio do tráfico de drogas”. As “fraturas” das desigualdades – como a falta de emprego e ausência de



equipamentos públicos – são condições que privam as pessoas do acesso à sua cidadania, que em tese é garantida por lei. Sem seus direitos básicos, os locais marcados pela segregação tornam-se territórios a serem conquistados pela violência na forma criminalidade, que não encontra dificuldades para se estabelecer.

No sentido de uma “disputa” pelo território é que essa categoria geográfica se torna peça chave, assim o seu conceito trazido por Marcelo Lopes de Souza (1995, p.78-79) “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder”. A partir desses entendimentos torna-se possível pensar a figura da criminalidade como elemento organizador desse território e detentor do poder. E além de que Sack (1986, p. 219) *apud* Haesbaert (2004, p. 22) considera que a territorialidade é, pode ser entendida como “Um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”, assim a figura do crime pode ser entendida como método de controle do território utilizado pelas pessoas que praticam os crimes.

Para desmitificar algumas coisas, Misse (1995) colabora com cinco teses equivocadas sobre a criminalidade no Brasil, a primeira delas é que a pobreza é a razão da criminalidade ou do aumento da violência urbana. Os princípios contra a proposição são se a pobreza causasse o crime, a maior parte dos pobres seria criminoso, o que não é verdade. A outra antítese é que os próprios pobres expressam nas pesquisas que não se reconhecem com nenhuma carreira criminal, pois são “trabalhadores honestos”. A análise é categórica quando intenciona mostrar a dificuldade da questão criminal e que não deve ser minimizada a uma causa única, suficiente ou determinante, clara ou distinta.

Numa sociedade tão desigual, a noção de violência está constantemente amarrada à delinquência oriunda dos mais pobres. Trata-se de conceito elitista de uma sociedade que privilegia a defesa do patrimônio individual antes de favorecer, por exemplo, a integridade do trabalhador ou da criança, o que fortalece a ideia de Misse (1995) (MARICATO, 1996).

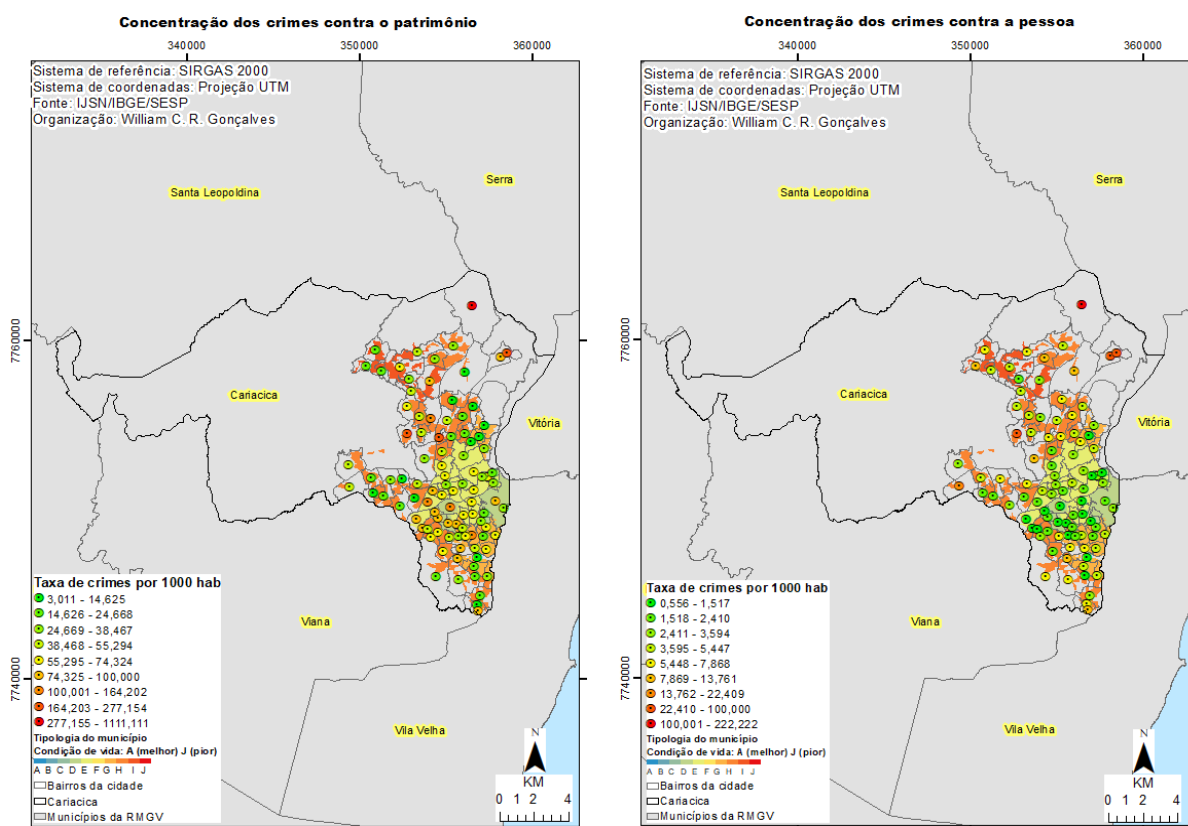
É factível realizar correlações entre as estatísticas de ocorrências dos crimes, a organização do espaço urbano e os índices de desenvolvimento (índice de Gini, renda per capita, nível de escolaridade, taxa de saneamento, tipologia intraurbana entre outros). Por meio dos dados disponíveis para esses indicadores, pode-se também criar artigos cartográficos que auxiliam a tomada de decisão política em direção a uma melhor organização social do território (LIRA, 2014).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada tipo de crime terá um comportamento espacial, podendo ser semelhante(s) em algum(ns) ponto(s) e diferente(s) em outro(s). No caso da pesquisa, são dois “grande grupos” de delitos, contra o patrimônio e contra a pessoa, dentro deles há outros crimes que têm seus próprios modos. Lembrando que os dados dos crimes contra o patrimônio são um compilado de 2018 até 2020 e os de crimes contra a pessoa são de 2014 até 2020.

Figura 2 – Cariacica: crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa, 2020.

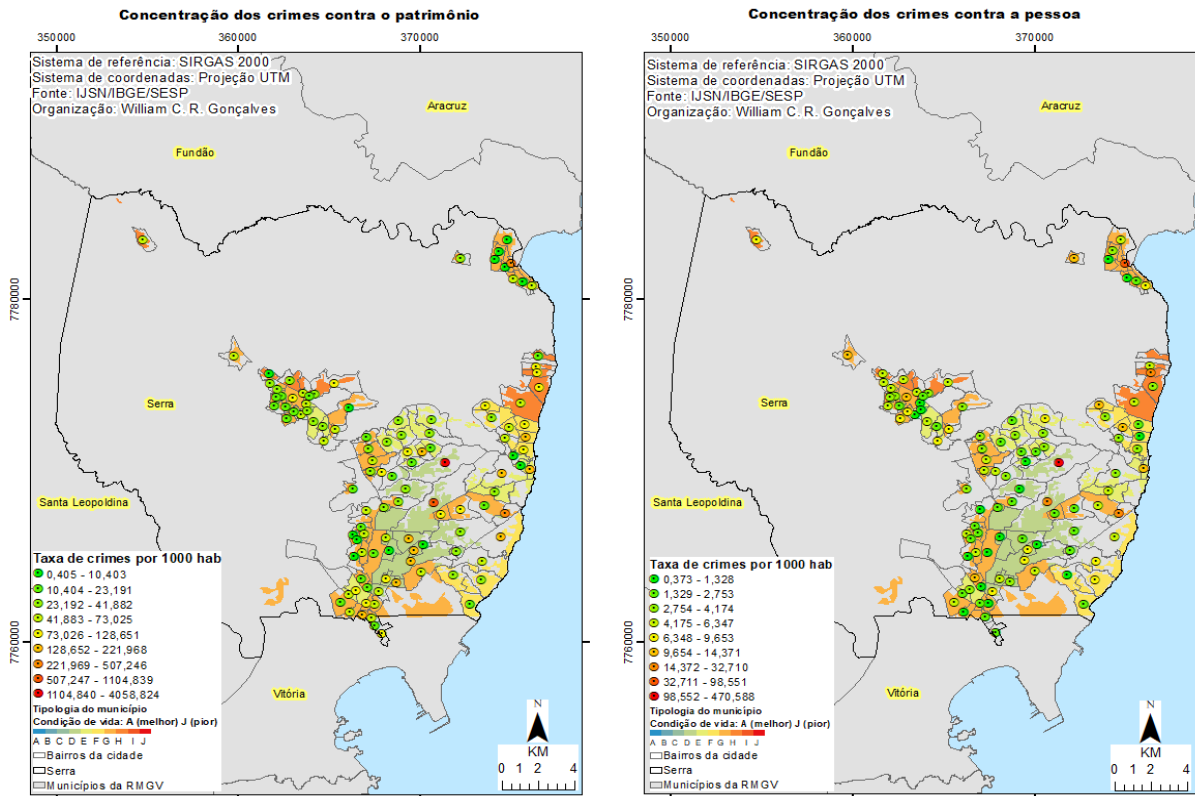


Fonte: Elaborado por autor (2021).

A tipologia de Cariacica mostra como os bairros mais ao centro da cidade possuem melhores condições de vida, de acordo com a classificação do IBGE, e concentram uma maior taxa dos crimes contra o patrimônio e uma proporção menor de crimes contra pessoas, os quais têm maior concentração nos bairros das bordas da cidade, onde têm as piores condições de vida, segundo IBGE. O mapear dos crimes na cidade de Cariacica revela que existe uma espacialização diferenciada dos crimes contra o patrimônio e contra pessoa. Os delitos como esses acontecem no território e essa diferenciação dos bairros em que ocorrem os eventos

pode mostrar que existe realmente uma diferença entre esses locais e que pode ter a ver com a questão de como surgiram e como foi o processo de ocupação desses locais.

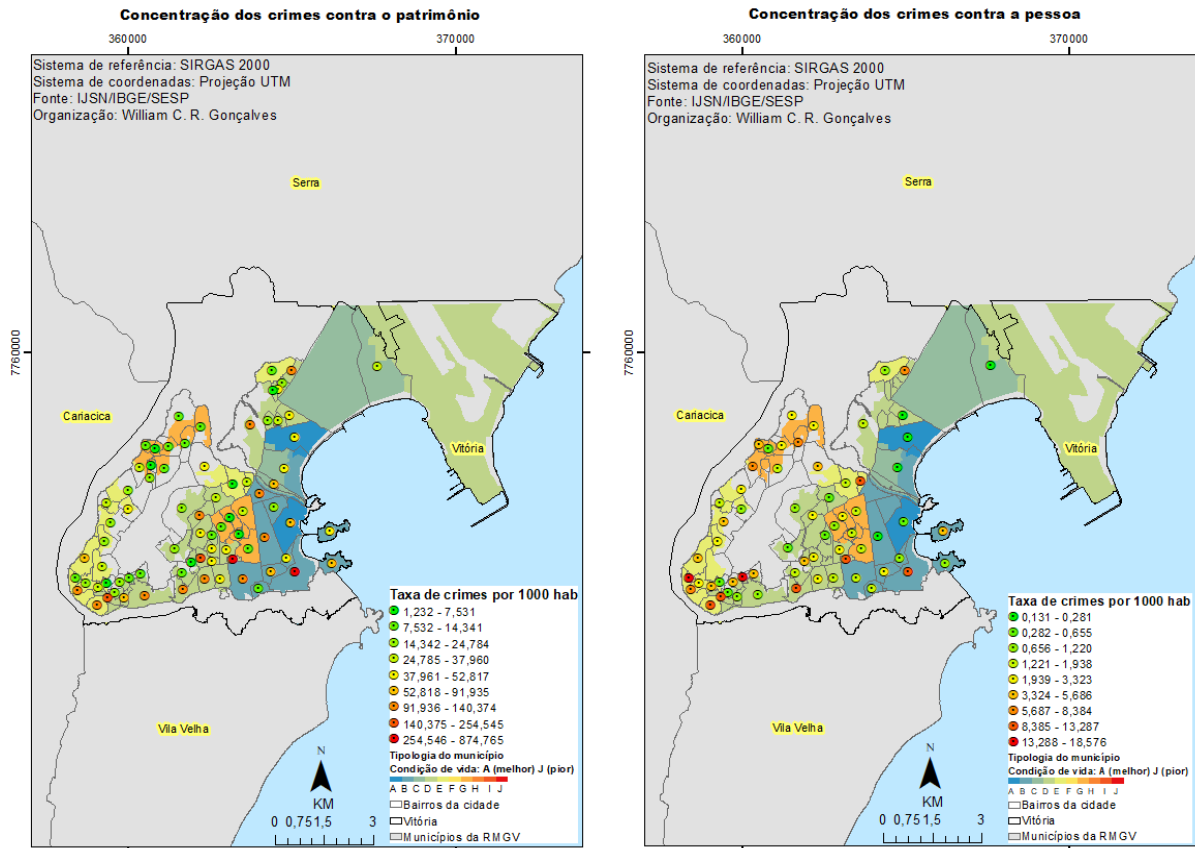
Figura 3 – Serra: crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa, 2020



Fonte: Elaborado por autor (2021).

A tipologia da cidade da Serra, assim como Cariacica, revela que as áreas centrais do município têm as melhores condições de vida e que as piores circunstâncias estão nas áreas mais afastadas da cidade. Sobre os crimes, percebe-se que há uma leve concentração de delitos contra o patrimônio nas zonas verdes, enquanto que em outros bairros ao longo da cidade aponta para taxas mais baixas. A respeito dos delitos contra a pessoa, diferentemente de Cariacica, existe bairros nas zonas verdes com altas proporções desses delitos, mas também há algumas localidades, nas bordas do município, com taxas elevadas de crimes e com condições de vida pior do que nas áreas centrais da cidade.

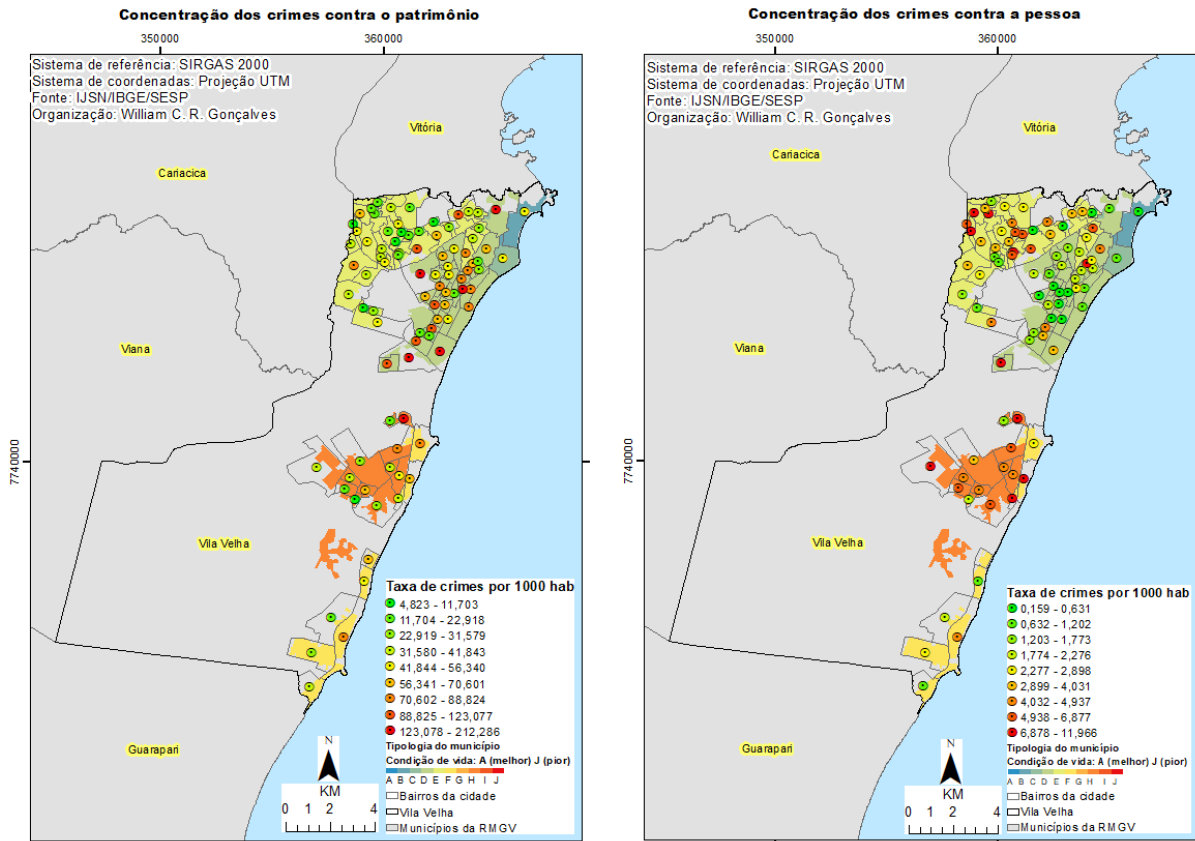
Figura 4 – Vitória: crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa, 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na cidade de Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, a sua tipologia é meio diferenciada de Serra e Cariacica, pois revelam-se bairros com as melhores condições de vida do que os demais municípios analisados, talvez uma maior renda *per capita* em algumas localidades da cidade. Numa análise dos crimes contra o patrimônio, aponta-se que, em geral, as maiores taxas destes delitos estão nas zonas verdes e azuis, mais ao sul, sudoeste e sudeste da cidade e que enquanto nas áreas alaranjadas, que seriam as piores conjunturas de vida, não há nenhuma taxa alta desse crime. Os delitos contra as pessoas assemelham-se levemente à distribuição espacial dos delitos contra o patrimônio, com alguns bairros com altas taxas dos dois delitos, mas tem uma diferenciação, alguns locais mais longe das áreas centrais, outros não, há uma elevada taxa nessas localidades.

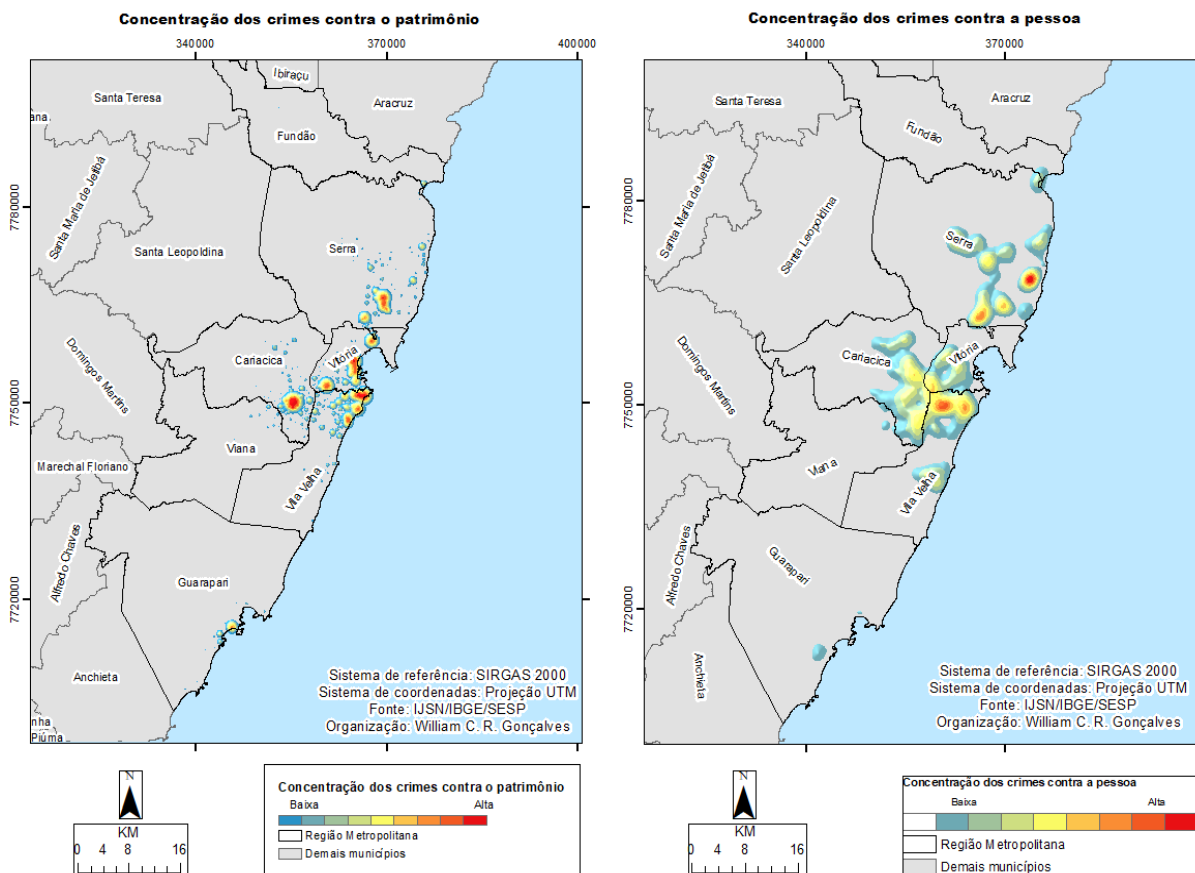
Figura 5 – Vila Velha: crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa, 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em Vila Velha, assim como em Vitória, a tipologia intraurbana revela como certas áreas melhores estão concentradas na porção litoral da cidade, local com grande valorização pelo mercado imobiliário, enquanto os bairros mais ao sul da cidade mostram ter as piores condições de vida. As altas taxas de crimes contra o patrimônio em Vila Velha estão concentradas em localidades que estão no litoral ou perto dele e quando se olha para os delitos contra pessoas existe uma concentração em três áreas, uma mais ao sul, outra perto das zonas em azul e uma terceira mais a noroeste da cidade.

Figura 6 – Concentração dos equipamentos públicos na Região Metropolitana da Grande Vitória, 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Numa espécie de análise síntese da Região Metropolitana da Grande Vitória como um todo, percebe-se que realmente nos quatros municípios analisados há uma diferenciação dos territórios em que ocorrem esses crimes, nas observações realizadas em nível municipal pode-se identificar um arranjo espacial desses delitos durante o período analisado, logicamente que há locais que não acompanham o “padrão”.

Voltando ao nível municipal, percebe-se que alguns bairros das cidades mostram que estão na periferias, nas áreas mais afastadas, nas bordas do município as taxas elevadas de crimes contra a pessoa, assassinatos, a expressão máxima da violência. Existe o “eco” que essa taxa elevada quer passar, que esses territórios são talvez locais que estão passando por uma “violência institucionalizada” (Odalía, 2012, p.13) como a falta de atenção do Estado com eles, de como essas localidades não estão recebendo seus direitos e de não ter sua cidadania como deveriam (CASTRO, 2005), do não acesso aos equipamentos públicos. É interessante pensar também no processo de formação desses territórios, entender o motivo de

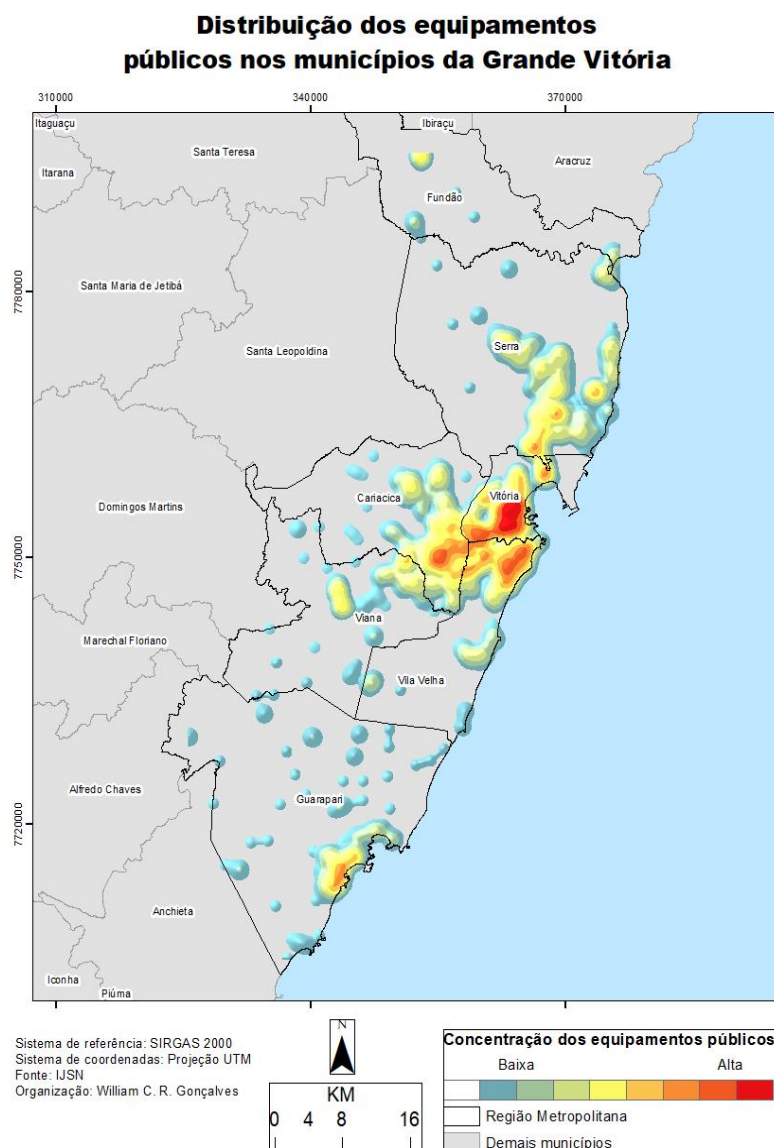


certas pessoas terem o acesso a uma área da cidade e outras pessoas não, Corrêa (1989) fala dos agentes sociais que fazem a cidade, entender o passado, será que este processo foi igual aos dos bairros que ficam na orla? Por que algumas pessoas foram morar nesse lugar e não nas áreas com as melhores condições de vida?

Na questão da tipologia intraurbana, como um parâmetro “qualificador”, porquê é um compilado de informações dos territórios, fica evidente a dimensão espacial da exclusão social (MARICATO, 1996), pois maior parte dos bairros com as piores condições estavam longe das áreas centrais, longe do litoral, distante das ditas “áreas valorizadas”. Maricato (1996, p. 11.) dirá que a “chamada ‘violência urbana’ é uma manifestação daquilo que se procura tanto esconder [...]” e esse afastamento dos mais pobres pode ser entendido como mais uma violência que essas pessoas desses locais sofrem, assim como Ferreira e Penna (2005, p.) falam do “o enclausuramento do pobre” no territórios periféricos da cidade. Como Silva (2020) diz que as cidades brasileiras têm se desenvolvido num ritmo acelerado, numa urbanização ostensiva.

Lembrando que há também uma concentração dos crimes contra o patrimônio na cidade e em bairros com boas condições vida, mostrando como existe a violência de formas diferenciadas ao longo do território e como ela atinge, de modos diversos ou não, todos os estratos da sociedade, colocando em questão a criminalidade e a violência como um problema coletivo.

Figura 7 – Concentração dos equipamentos públicos na Região Metropolitana da Grande Vitória, 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Uma comparação de concentração de alguns equipamentos públicos que o governo deveria oferecer à população mostra a distribuição desigual existente em toda a Região Metropolitana da Grande Vitória. A não igualdade espacial desses instrumentos acaba por negligenciar o acesso igualitário a todos. No caso dos crimes, há locais em que não existe delegacia por perto para registro da ocorrência, o acesso a um boletim online não é uma realidade em todos os locais da cidade, isso gera uma subnotificação dos delitos, além da negação dos direitos individuais e coletivos garantidos na constituição.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que produzir o espaço urbano de uma cidade capitalista, como as cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória, pode ser resultante da urbanização perversa ocorrida nas cidades, que é excludente e totalmente desigual, segregadora e fragmentada. O processo de formação do território foi diferenciado em cada canto das cidades analisadas e isso tem impactado profundamente na organização dos espaços.

Foi evidenciado pelo mapear como as áreas mais periféricas, mas não somente nelas, distantes dos grandes centros políticos e econômicos das cidades sofrem com a violência nas formas dos crimes contra as pessoas e que nesses bairros o Estado só sabe se fazer presente na forma da violência institucionalizada, estrutural e negando a esses lugares seus direitos fundamentais, que é um tipo de violência institucional do Estado para com seus moradores. O mapeamento apresenta-se como uma excelente ferramenta de análise da realidade e ajuda a entender como se apresenta um dos problemas sociais existentes na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Falar sobre criminalidade é, sobretudo, olhar para um problema coletivo, para uma adversidade confrontada diariamente por toda sociedade de diferentes formas, em especial as que estão nas periferias dos grandes centros urbanos, que foram impostas a ocupar locais distantes pelo mercado imobiliário.

E a geografia torna-se relevante ao entendimento da realidade, por se tratar de um olhar geográfico sobre a violência que permite mostrar uma outra dimensão da violência na forma da criminalidade, no território, em sua materialidade, em que se faz presente, também se percebe que há necessidade de interferir nos territórios, não só para uma estratégia para coibir a criminalidade, mas sim para atender demandas sociais presentes ali.

AGRADECIMENTO

O autor do estudo agradece mais uma vez pelo apoio de bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES na modalidade de demanda social. O autor também agradece e parabeniza a ANPEGE pela coragem na realização de um evento de importância nacional num período de pandemia, o que só faz crescer a importância de um encontro como esse. O autor também agradece aos coordenadores do grupo de trabalho pela oportunidade do diálogo e da troca de conhecimento e experiências.



REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005. 304 p.

CASTRO, I. E. de. Instituições e território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, ed. 36, p. 7-28, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13575>. Acesso em 10 de junho de 2021.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 9, n. 1, p. 155-168, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979>. Acesso em 28 de julho de 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>.

FILHO, L. L. F. **Distribuição espacial da violência em Campinas**: Uma análise por geoprocessamento. 2004. 213 p. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**. Niterói, n. 17, 2004.

ODALIA, N. **O que é violência**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. 93 p.

OLIVEIRA, J. V. de. **As transformações espaciais ocorridas na enseada do Suá - Vitória, a partir de 1990**. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13288>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: Conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 352 p.



MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 141 p.

MATTOS, R. F. da S. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: EDUFES, 2013. 216 p. ISBN: 978-85-7772-140-5.

MISSE, M. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. **ESTUDOS**, Rio de Janeiro, v. 91, p. 23-40, 1995.

SILVA, F. L. N. da. **Dinâmicas Intraurbanas e Mobilidade Criminal: uma análise ecológica da criminalidade em Maceió (AL)**. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6808>. Acesso em: 10 set. 2021.